

Congresso e Govêrno

Raul Pilla

DEIXEMOS de parte as demais afirmações do editorial de «O Estado de S. Paulo» do dia 18. no qual transparece, como sempre, a inspiração autoritária, condizente, aliás, com o presidencialismo: consideremos apenas o seu parágrafo final.

«Quanto a nós — diz êle — se o Parlamento brasileiro se considera capaz de dotar o país de governos idôneos, não precisa de modificar o sistema: basta que se mantenha na sua dignidade legislativa e não transija nunca diante das pressões morais ou materiais de quem quer que seja. No estado de subversão e anarquia em que o país se encontra, do que êle precisa não é de um govêrno que semanalmente se reveze ao sabor dos caprichos ou dos interesses dos grupos parlamentares, mas de um govêrno que se imponha pelo saber, pela honestidade e pela compreensão dos problemas nacionais, assistido pela colaboração independente e criteriosa dum Congresso que efetivamente represente a consciência e os interesses do país».

Aí tem o leitor uma boa amostra da argumentação do grande jornal paulista. Se o Parlamento brasileiro se considera capaz de dotar o país de governos idôneos, não precisa de modificar o sistema, em que dêle não depende, absolutamente, a formação do govêrno e onde, pelo contrário, êste ocupa uma posição dominante. O sistema é êsse que todos conhecemos, mas o Congresso, se fôsse capaz, poderia operar o milagre de sobrepôr-se-lhe, fazendo o que êle não admite. A lógica do argumento é verdadeiramente irresistível...

E', porém, uma simples concessão, unicamente para argumentar, a que ao Parlamento brasileiro faz «O Estado de S. Paulo». Se elê fôsse capaz... Mas não o é. O govêrno, isto é, o poder executivo todos sabemos e experimentamos o que é. Êle manda e desmanda, faz e desfaz e, até na função específica do Congresso, que é legislar, dêle é o voto decisivo, graças ao veto presidencial. O congresso nada pode e é, justamente, a consciência da sua impotência o que o inibe muitas vêzes de praticar atos que estariam ao seu alcance praticar, embora sem conseqüências reais, porque o poder efetivo está sempre com o Govêrno. E', apesar da aparente contradição vocabular, um «poder impotente», em face do Executivo todo poderoso e verdadeiramente ditatorial.

O meu amigo Júlio de Mesquita Filho, diretor do grande jornal, nunca pertenceu, creio eu, à Câmara dos Deputados. Entretanto, nela formou e prestou grandes serviços o seu companheiro de direção, o eminente sr. Plínio Barreto. Poderá ouvir-lhe o depoimento, que é, por certo, o de todos quantos temos convivido no ambiente parlamentar. Em todos os partidos há homens de primeira ordem, verdadeiramente patriotas, e que estariam sempre dispostos a entender-se em benefício do interesse público; mas a posição subalterna da representação política neste regime, impede, por sua esterilidade mesma, todo esforço. O govêrno ocupa uma fortaleza inexpugnável, de que sômente a fôrça o pode desalojar.

Entretanto, se bem estou interpretando as palavras do jornal, o responsável pelo crônico e crescente desgovêrno do país, é o Congresso Nacional e não o govêrno que independentemente dêle se constitui...